PAUTA
Reunião
de RELTs
19/11/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião de Representantes dos Locais de Trabalho do SINESP - 19/11/2026

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra com Enrico Ribeiro

Cientista Político e pós-graduando em gestão estratégica com foco em Resultados. Possui mais de 15 anos de experiência no acompanhamento dos Poderes Executivo e Legislativo Federal, atuando no mapeamento, criação e implementação de estratégias junto às autoridades da República. Possui expertise na formulação de estratégias político-regimentais para atuação no Parlamento, na análise de cenários políticos e de risco político, além de ter artigos e pesquisas publicados em portais políticos de grande acesso.

B. Conjuntura política e desafios da categoria

A vitória eleitoral épica da frente liderada pelo presidente Lula virou uma referência internacional de enfrentamento à extrema-direita. Em diversos países, o campo progressista passou a se aglutinar e retomar a ofensiva política, a partir do sentimento de esperança emanado do Brasil.

Na sequência da eleição brasileira, Trump sofreu uma derrota contundente nas eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, perdendo a maioria para os Democratas nas duas casas legislativas, Câmara e Senado, o que aponta para um cenário interno de dificuldades e menor margem para impor o poder presidencial de forma unilateral.

Essa situação pode ter repercussões políticas no cenário global, seja reduzindo as possibilidades de intervenção e pressão econômica dos EUA sobre outros países, inclusive as interferências eleitorais em benefício dos pares da extrema-direita, seja por projetar dificuldades ao trumpismo e acirrar divisões internas entre os Republicanos.

De todo modo, pode estar se formando uma barreira de contenção ao avanço desses segmentos políticos reacionários, o que representa um avanço para a Humanidade.

No Brasil, logo após o encerramento das eleições, Flávio deixou o país e buscou apoio político junto a Trump, evitando responder na Justiça a diversas investigações sobre crimes comuns, como corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ao contrário da alegada perseguição política, argumento que não convence sequer a própria base, o que levou o candidato a se afastar de seus quase 60 milhões de eleitores foi o receio de enfrentar os desdobramentos judiciais das acusações que pesam contra ele.

Como se poderia imaginar, na sequência da vitória de Lula, houve forte turbulência no mercado financeiro, com quedas acentuadas na Bolsa de Valores e no valor nominal de grandes empresas. Trata-se da conhecida pressão dos agentes do mercado para tentar, desde o início, engessar o governo e levá-lo a adotar a agenda da Faria Lima, com o ajuste fiscal em cima da população mais pobre, a desvinculação de investimentos em saúde e educação, o fim do aumento real ao salário-mínimo e benefícios sociais, o desmonte dos serviços públicos e a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários.

Nesse sentido, o PLP 299/2026, chamado Plano Moretti, tramita no Congresso como um plano de ajuste fiscal com vistas a obter economia de 50 a 60 bilhões de reais no orçamento de 2027, a partir de uma redução nos investimentos permitidos de acordo com as regras do arcabouço fiscal de 2,5% para 2%, além de ampliação de contingenciamentos, restrições a créditos tributários e exclusão de benefícios fiscais.

Parte do campo progressista passou a acusar o governo de contrariar compromissos assumidos na eleição, ao passo que o mercado reagiu mal ao plano por considerá-lo tímido e que não altera questões estruturais das contas públicas. Assim, a proposta gerou insegurança na base aliada sem acalmar as expectativas do mercado financeiro, que permanecem pautadas por uma visão ideológica.

É importante não cair em debates estéreis sobre temas econômicos. Por um lado, os compromissos programáticos que venceram as eleições não podem ser deixados de lado para atender a pressões dos setores econômicos dominantes. Por outro, não é produtivo alimentar divisões políticas artificiais no campo progressista, pois estas apenas fortalecem a oposição. O problema real é que esse tipo de ajuste não mira a questão fundamental do desequilíbrio nas contas públicas, que é a absurda taxa de juros que vincula a rolagem da dívida pública.

Atualmente, as contas públicas brasileiras são vistas pela metade: acusa-se o déficit no orçamento da União, mas esconde-se, deliberadamente, que metade dos recursos – cerca de 1 trilhão de reais – está sequestrada para o pagamento dos juros extorsivos da dívida pública, ou seja, carreada para banqueiros e especuladores. O grande inimigo a ser enfrentado!

Outro desafio do momento é a eleição

das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diante de um Congresso com perfil ainda mais conservador formado nas últimas eleições. Nesse aspecto, vale frisar que a eleição teve dois turnos diametralmente distintos: o 1º elegeu bancadas e governadores majoritariamente do campo conservador, mas o 2º, levado por imenso apoio popular nas ruas, levou a uma virada sem precedentes de Lula, a partir de compromissos políticos com a ampliação de direitos. Ou seja, o Congresso eleito está em contradição com o apoio massivo da sociedade na segunda etapa da campanha.

É fundamental que o governo atue com precisão na disputa das mesas, pois a elas caberá a condução da agenda política nos próximos anos. O objetivo central é conter o avanço da extrema-direita e garantir uma maioria democrática no Congresso. A situação na Câmara parece mais estabilizada com amplo apoio, inclusive da maior parte da base governista, à recondução de Hugo Motta. No Senado, a disputa permanece acirrada e imprevisível entre o atual presidente, Davi Alcolumbre, e a candidatura da oposição conservadora, representada por Rogério Marinho ou Tereza Cristina.

Por fim, o momento também é de formação do novo governo e arranjo da nova base política que dará sustentação congressual ao Lula 4. Mais importante do que os nomes a serem escalados em si é a sinalização para a sociedade e os compromissos políticos assumidos no 2º turno da eleição, garantindo a governabilidade e o cumprimento efetivo do programa eleito pelo povo brasileiro nas urnas.

DIVISÕES NA EXTREMA-DIREITA

A situação política também não está pacificada no campo da extrema-direita. Desde a saída de Flávio do país, o governador reeleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ensaiou apresentar-se como alternativa desse campo para 2030, passando a ser alvejado imediatamente pela ala mais radical do grupo. A prisão do ex- presidente Jair, associada ao afastamento de seu herdeiro político-eleitoral, trouxe problemas de liderança nesse espectro político, abrindo um momento de disputa com potencial de desgaste para expoentes do grupo.

Talvez a primeira reação a ser mapeada sejam as recentes declarações do vice-prefeito de São Paulo, Mello Araújo, identificado com a ala mais radical da direita, apontando diversos casos de corrupção no governo de Ricardo Nunes, na capital paulista. As diversas denúncias devem ser investigadas com rigor, inclusive por partirem de alguém de dentro do governo municipal, além de serem analisadas, do ponto de vista político, como possível sinal da disputa interna nesse grupo, seja visando o enfraquecimento de Tarcísio, principal aliado de Nunes, ou já sinalizando uma divisão na disputa municipal em 2028.

DESAFIOS PARA A CATEGORIA EM 2027

O próximo ano será desafiador para o país e para os servidores públicos. Com os setores conservadores fortalecidos no parlamento e a pressão dos mercados por ajuste fiscal, são grandes as chances de voltarem as tentativas de impor uma reforma administrativa regressiva, com repercussões para todos os entes da Federação. Toda a categoria precisa estar alerta e mobilizada para incidir na luta em defesa das carreiras públicas, atuando para barrar retrocessos e a precarização do serviço público.

Na esfera local, é fundamental ampliar a nossa unidade e a resistência contra as tentativas de privatização e de instituição do modelo cívico-militar no ensino municipal ensaiadas pelo prefeito Ricardo Nunes. Da mesma maneira, exigir o respeito à gestão democrática nas escolas, valorizar a nossa carreira e atuar contra o afastamento arbitrário de gestores pela prefeitura deve ser um compromisso permanente de todos nós. Diante desse cenário, a união de todos os gestores em torno da defesa da carreira e da gestão democrática nas escolas será o nosso principal instrumento para enfrentar os desafios de 2027.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E LUTA ANTIRRACISTA

Neste 20 de novembro, celebramos o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, consolidado como feriado nacional atribuído à Lei Federal 14.759/23, sancionada pelo presidente Lula. Essa é uma conquista histórica arrancada pela mobilização incansável do movimento negro. A data resgata o legado de Zumbi e de Dandara, símbolos da resistência do Quilombo dos Palmares, a maior e mais longeva experiência de organização e liberdade do povo negro contra o sistema escravocrata colonial, que resistiu por quase um século.

Em um país onde quase 4 de cada 5 anos de sua história foram marcados pela escravização, essas marcas profundas sustentam o racismo estrutural que ainda hoje segrega, precariza e violenta a população negra. Diante do tamanho dessa dívida histórica, o 20 de novembro não pode ser apenas uma data simbólica no calendário. Celebrar este dia exige posicionamento político, memória ativa e mobilização permanente para enfrentar as desigualdades, defender políticas afirmativas e construir uma sociedade verdadeiramente justa, democrática e antirracista.

C. Atualização do protocolo de negociações da Campanha Salarial

As mesas de negociação referentes ao protocolo da Campanha Salarial deste ano seguem em curso, com nova reunião prevista para dezembro para tratar das pautas que o governo ainda não resolveu. Fruto da luta e da pressão sindical, a antecipação do reajuste de 1,48% — originalmente previsto apenas para maio de 2027 — já está garantida na folha de pagamento de novembro.

O SINESP solicitou a retomada imediata da mesa permanente de negociação para assegurar reajuste e valorização real, a recomposição dos benefícios atrelados aos salários (GDA, GLT, verba de locomoção, auxílio-refeição e auxílio-alimentação), a ressignificação dos profissionais readaptados e o

cumprimento efetivo do protocolo firmado no GT de Saúde Mental dos servidores.

O SINESP atua junto com a COEDUC para exigir que a Prefeitura de São Paulo cumpra os compromissos do protocolo imediatamente.

Pautas cobradas pelo SINESP:

●Concursos Públicos urgentes: Enquanto o concurso para Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II está travado na fase de estudo e habilitação de banca, o concurso de acesso aos cargos de gestão educacional segue parado na Junta Orçamentária e Financeira (JOF). O SINESP exige celeridade para acabar com o déficit de profissionais, garantir o provimento efetivo dos cargos e já cobrou reunião com a JOF para destravar o processo.

●Profissionais Readaptados: Ressignificação imediata das atividades e da jornada de trabalho dos profissionais em readaptação funcional, garantindo respeito e condições dignas a quem adoeceu no exercício da função.

● Condições de Trabalho e Tecnologia: Cobramos celeridade para licitação em SME para a compra de novos notebooks e desktops, bem como a reposição dos kits multimídia das salas digitais em todas as unidades, incluindo as novas e municipalizadas.

●Climatização Já: A compra de aparelhos de ar-condicionado — que inicialmente atenderá apenas 130 EMEFs — é insuficiente diante das ondas de calor. O SINESP cobra um cronograma rápido que contemple toda a rede municipal, além de um debate amplo sobre políticas eficazes de climatização e conforto térmico nas escolas, já que apenas a instalação de aparelhos de ar-condicionado não resolve o problema estrutural de todas as unidades.

●Educação Especial e Inclusiva: Formações de qualidade sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) para gestores, docentes e quadro de apoio. Na próxima semana, estaremos na mesa debatendo a Política Paulistana de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, para cobrar condições efetivas de atendimento aos estudantes com TEA.

● Combate à Violência nas Escolas: Cobramos agilidade na construção e implementação de um Protocolo de proteção e acolhimento às equipes gestoras, profissionais e estudantes diante dos casos de violência nas unidades educacionais.

Prazos descumpridos e falta de transparência da SME

Além das pautas acima, o SINESP cobra o cumprimento de prazos por parte da Secretaria Municipal de Educação. Nas discussões sobre a melhoria da infraestrutura das escolas e a necessária modernização do Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), o governo perdeu o prazo acordado de 16 de novembro de 2026 e sequer apresentou um plano concreto para efetivar as melhorias prometidas. Vale ressaltar a incoerência da administração: quando os prazos são estabelecidos para os profissionais da educação, o governo não aceita atrasos e aplica penalidades que geram prejuízo direto no pagamento do "prêmio" (PDE). No entanto, a própria SME descumpre os cronogramas que assume com a categoria.

O SINESP também pressiona pelo agendamento célere de reunião com a Secretaria Municipal de Gestão (SEGES) para destravar itens fundamentais do protocolo que impactam diretamente a carreira e a vida funcional da categoria:

●Valorização e recomposição real da remuneração;

●Reajuste do vale-alimentação e do auxílio-refeição;

●Políticas de bem-estar ocupacional e prevenção de doenças do trabalho;

●Definição para o módulo de profissionais readaptados;

●Revisão dos módulos, dimensionamento e gestão de pessoal nas unidades;

●Agilidade na entrega de equipamentos, obras e reformas estruturais;

● Organização e transparência na movimentação de vagas na Educação Infantil;

●Garantia de atendimento médico e protocolos claros sobre medicação nas escolas.

D. Supervisão Escolar: IN 43 mantém problemas apontados pelo SINESP

A Instrução Normativa SME nº 43/26 substituiu a 41/26, revogada por não ter sido discutida com a categoria e com as entidades sindicais, mas manteve a postura avessa ao diálogo e acolheu apenas parcialmente as reivindicações do SINESP e da categoria.

Essa IN altera a organização dos setores de Supervisão Escolar considerando indicadores educacionais, vulnerabilidade social e complexidade das unidades — critérios importantes diante das diferentes realidades dos territórios. Mas mantém lacunas e acrescenta atribuições sem prever valorização ou ampliação do quadro.

A nova instrução corrige parte do conteúdo da anterior: seu Anexo Único indica fontes e dados oficiais, como ICA, SARESP, Prova São Paulo, IDEB, CadÚnico, INSE e taxas de frequência escolar. Ainda faltam, porém, critérios transparentes de aplicação para composição dos setores de supervisão escolar. A SME não define o peso de cada indicador nem parâmetros objetivos para classificar a complexidade das unidades. Sem regras comuns, as DREs podem aplicar os critérios de formas diferentes e produzir desequilíbrios. A participação dos coletivos também é facultativa, o que limita a gestão democrática e a autonomia dos profissionais.

A IN inclui metas e avaliações externas no acompanhamento, mas não impede expressamente a cobrança individualizada ou a responsabilização por resultados. Também menciona fatores como turnos, turmas, Educação Integral, EJA e vulnerabilidade, sem estabelecer métricas de ponderação que garantam uma divisão justa do trabalho. A aprovação final dos setores permanece centralizada nas mãos do Diretor Regional de Educação.

Outro problema não foi corrigido:

EMEFs e EMEFMs continuam sendo as únicas referências para identificar mudanças na composição dos setores. Educação Infantil, unidades parceiras, particulares, MOVA e outros programas ficam fora desse cálculo.

A normativa ainda impõe limite de quatro anos consecutivos no mesmo setor e acompanhamento presencial em todos os turnos. Nos setores com atividades noturnas, prevê visitas pelo menos a cada dois meses — medida que exige articulação com as equipes itinerantes das DREs e não pode ser tratada como responsabilidade isolada do Supervisor.

Vulnerabilidade e complexidade devem orientar a equidade e a distribuição justa das responsabilidades — não servir para controlar ou responsabilizar individualmente os profissionais.

O SINESP cobra respostas da SME , ampliação dos cargos de Supervisor Escolar, liberação das cinco vagas reservadas pela COGEP para as DREs e discussão prévia com a Supervisão sobre medidas que afetem a função e que qualquer alteração seja construída com diálogo e participação da categoria.

E. Plataformização da educação amplia a sobrecarga nas escolas e ameaça a autonomia pedagógica

O cotidiano das escolas da Rede Municipal de Ensino está cada vez mais tomado por plataformas digitais, sistemas de gestão, registros pedagógicos e avaliações externas.

Diretores, coordenadores pedagógicos e professores precisam alimentar diariamente diferentes sistemas, muitas vezes sem integração entre eles e com exigências de informações repetidas.

A multiplicação dessas ferramentas amplia a burocracia, intensifica o trabalho e consome o tempo que deveria ser dedicado ao acompanhamento pedagógico, inviabilizando o planejamento coletivo e afasta diretores, coordenadores e professores da formação e do vínculo com estudantes e famílias.

As avaliações externas agravam esse cenário. Na aplicação do SARESP na Rede Municipal, a contratação de duas empresas representou mais sistemas, acessos, prazos e procedimentos para as unidades educacionais.

Na avaliação de fluência leitora, professores tiveram de baixar o aplicativo da empresa contratada em seus celulares pessoais para realizar os registros. Além da transferência de custos e responsabilidades aos profissionais, essa prática é inaceitável por expor dados sensíveis dos estudantes, sem garantias de segurança.

A plataformização, associada às avaliações externas e às metas de desempenho, vai além da sobrecarga administrativa: representa uma forma de controle e a lógica empresarial de metas em um projeto de privatização.

Ao impor instrumentos, conteúdos e parâmetros definidos externamente, desconsidera as diferentes realidades das unidades educacionais, ameaça a autonomia dos profissionais e enfraquece a gestão democrática e a construção coletiva dos projetos político-pedagógicos.

Também amplia a transferência de recursos públicos para empresas privadas, que passam a interferir diretamente na organização da educação pública e no tratamento de dados de estudantes e servidores.

Esse modelo é incompatível com a educação pública de qualidade defendida pela categoria, com a autonomia pedagógica das unidades educacionais, o fortalecimento da gestão democrática, a proteção dos dados de estudantes e profissionais e a valorização dos trabalhadores da Educação.

O SINESP cobra a redução e a integração dos sistemas exigidos das escolas, o fim da obrigatoriedade de utilização de equipamentos pessoais para atividades institucionais e transparência nos contratos firmados pela SME e na destinação dos dados coletados.

A tecnologia deve estar a serviço da educação, e não do controle do trabalho e da ampliação da privatização. Lutamos contra a plataformização e cobramos da SME condições de trabalho dignas, respeito à autonomia profissional e fortalecimento da escola pública.

F. Pesquisa para o Retrato da Rede 2026/2027

A participação na pesquisa está aberta aos filiados de 16 de novembro a 15 de dezembro. É muito importante que os RELTs divulguem nas escolas, para garantir a participação de todos os gestores e gestoras educacionais na pesquisa.

Todos os filiados receberão, no endereço eletrônico cadastrado no banco de dados do SINESP, um e-mail com explicações e com o link para acessar o questionário.

O e-mail virá de: pesquisaretratodaredesinesp@dieese.org.br

A participação de cada filiado é muito importante para criar um diagnóstico fiel da situação da Rede de Ensino e das condições em que os educadores atuam, e assim fortalecer as reivindicações e lutas da categoria junto com seu Sindicato, o SINESP!

A pesquisa é elaborada pelo SINESP em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos - DIEESE – órgão criado em 1955 e mantido pelo movimento sindical, um dos mais respeitados do país no desenvolvimento de pesquisas e estatísticas sociais e econômicas, que tem o SINESP como filiado.

Os usuários das escolas, os estudantes e suas famílias precisam ter dimensão

das consequências da privatização para a educação pública municipal, e de que as reivindicações dos profissionais da Educação são as mesmas da população, em defesa da qualidade da Educação pública. Esse trabalho está em andamento com a distribuição pelo SINESP em todas as Unidades Educacionais da revista do Retrato da Rede 25/26, acompanhada de boletim informativo, com o objetivo de divulgar as reais condições de trabalho e de funcionamento da RME, resultantes das políticas do governo para a Educação. As informações contidas nas publicações agregam material importante para o diálogo com a comunidade Educacional no começo do ano letivo.

G. SINESP rejeita minuta da SME que abre caminho para a privatização da gestão dos CEUs

A SME apresentou uma minuta para reestruturar o Regimento Padrão dos Centros Educacionais Unificados, os CEUs. O texto prevê diferentes modelos de gestão, incluindo parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

O SINESP enviou à SME uma manifestação contrária à proposta e pediu sua rejeição integral. A minuta é um retrocesso na defesa da gestão pública dos CEUs. Ao incluir esses modelos no regimento, ela consolida a privatização da gestão de equipamentos públicos. Isso põe em risco o serviço público, a carreira dos servidores municipais e os direitos da população.

Os CEUs devem continuar sob gestão pública, estatal e democrática. Isso significa gratuidade universal e irrestrita, participação efetiva da comunidade e profissionais da carreira do magistério municipal.

O SINESP defende que todos os cargos no serviço público sejam preenchidos por concurso público. É o concurso que garante impessoalidade, estabilidade e continuidade no atendimento à população. Defende também que os recursos públicos fiquem com a gestão pública e não sejam repassados a organizações sociais ou a instituições privadas.

O SINESP solicitou à SME a revisão da minuta apresentada e a abertura de um espaço de diálogo com as entidades representativas dos trabalhadores e os demais segmentos envolvidos, reafirmando como princípio a preservação do caráter público dos CEUs.

H. Instruções Normativas de atribuição para 2027: demandas não atendidas e maior responsabilização do Diretor de Escola

A Secretaria Municipal de Educação publicou as Instruções Normativas SME nº 44 e nº 45, de 17 de novembro de 2026. As normas tratam do processo inicial de escolha de turnos e de atribuição de classes, blocos, aulas e agrupamentos na Rede Municipal de Ensino.

Durante a fase de elaboração das minutas, o SINESP encaminhou contribuições à SME por meio dos ofícios nº 88/26 e nº 89/26. Os apontamentos tinham como objetivo dar mais transparência e segurança ao processo, além de resguardar a atuação do Diretor de Escola e das equipes gestoras.

O SINESP conhece e defende as atribuições e competências legítimas do Diretor de Escola, entre elas a condução do processo de atribuição na unidade educacional. Entretanto, ao editar essas novas Instruções Normativas, a Prefeitura está terceirizando suas próprias obrigações, transferindo à gestão escolar o ônus de decisões, e responsabilizações que pertencem à administração municipal.

As INs adotam conceitos genéricos como critérios de atribuição, a exemplo de "experiência e habilidade do professor", "melhores condições para o processo de aprendizagem" e "resultados alcançados no decorrer do ano letivo". São critérios abertos a interpretações subjetivas, aplicados em um processo que também deve respeitar a ordem de classificação dos professores. Quando há conflito entre esses parâmetros, a decisão fica exposta à contestações e todo e a responsabilização recai sobre o Diretor de Escola.

A mesma lógica se repete em outros pontos das normas: na distribuição, sem critérios definidos, das vagas dos professores readaptados pelos turnos; na exigência de que o Diretor comprove a veracidade de informações sobre o acúmulo de cargos do professor em outros órgãos; e na atribuição de responsabilidade exclusiva pela atualização do Sistema EOL, sem qualquer previsão para situações de falhas técnicas.

O SINESP já cobrou formalmente a SME sobre esses pontos e não aceitará que a Prefeitura terceirize suas obrigações sobre a gestão escolar.

I. PDE: SINESP reafirma luta contra a política de bonificação

O secretário municipal de Educação afirmou, em reunião com o SINESP, que a SME poderá estudar a antecipação do pagamento da segunda parcela do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE) 2026, prevista para até abril de 2027.

No entanto, não há garantia de que isso ocorra, pois, segundo ele, a Secretaria depende da compilação dos resulta-

dos das avaliações externas utilizados no cálculo do prêmio.

O SINESP é historicamente contrário à política de bonificações e premiações, que substitui o reajuste salarial permanente por um pagamento incerto, condicionado a metas e sem reflexos na aposentadoria ou na carreira. Na prática, o governo municipal cobra resultados das escolas, mas não cumpre sua própria parte ao deixar de garantir condições dignas de trabalho, módulos completos, infraestrutura adequada e suporte pedagógico nas unidades educacionais.

Ao impor critérios punitivos, a Prefeitura transfere injustamente aos servidores a responsabilidade pelos problemas estruturais da rede.

Entre as distorções denunciadas pelo Sindicato estão:

Avaliações falhas como régua: O uso da Prova São Paulo como critério de cálculo, mesmo diante dos inúmeros problemas técnicos e operacionais registrados em sua aplicação;

Punição por fatores externos: O desconto vinculado à frequência de bebês e crianças, variável social e familiar que foge ao controle direto dos profissionais da escola;

Penalização pelo adoecimento: Os cortes decorrentes de licenças médicas, que punem duplamente os trabalhadores que adoecem justamente pela sobrecarga e pela falta de condições de trabalho impostas pela própria administração.

Os profissionais da educação não podem pagar a conta pela omissão da Prefeitura nem serem penalizados por adoecer. Enquanto o PDE existir, o SINESP cobra a antecipação imediata da segunda parcela e o fim de todos os critérios punitivos. Contudo, reafirmamos que a verdadeira valorização da Educação Municipal não se faz com prêmios eventuais e avaliações externas, mas com uma política permanente de valorização salarial e profissional, que garanta salários dignos, incorporação de ganhos e respeito a todos os trabalhadores da Rede.

J. Confisco previdenciário: SINESP reforça luta pelo fim dessa injustiça!

O chamado confisco previdenciário, instituído pela Reforma da Previdência (EC 103/2019), permite a cobrança de contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas sobre valores que ultrapassam o salário mínimo, mesmo depois de uma vida inteira de contribuição. A medida penaliza quem já cumpriu sua trajetória profissional e representa uma grave injustiça, especialmente para aposentados que dependem integralmente desses recursos. O SINESP luta pelo fim dessa cobrança e acompanha as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionam dispositivos da Reforma no Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa luta também está relacionada às PECs 555/2006 e 6/2024, defendidas pelo SINESP há muitos anos. A PEC 555 propõe o fim gradual da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, enquanto a PEC 6 prevê a redução progressiva da cobrança, até sua extinção aos 75 anos, além de contemplar aposentados por incapacidade permanente e doenças incapacitantes. O SINESP defende o avanço dessas propostas como caminhos para reparar uma distorção que compromete a renda e a dignidade dos servidores.

A retomada e a conclusão do julgamento das ADIs pelo STF são fundamentais para enfrentar essa situação. O julgamento questiona pontos da Reforma da Previdência que ampliaram a cobrança sobre aposentados e pensionistas, além de outras medidas prejudiciais aos servidores públicos. O SINESP cobra que o Supremo coloque o tema em pauta e conclua a análise, sem novos adiamentos.

É fundamental que toda a categoria, ativos e aposentados, participe dessa mobilização, cobrando dos ministros e das autoridades responsáveis uma solução para essa injustiça.

O confisco não atinge apenas quem já se aposentou. A legislação vigente também representa uma ameaça aos servidores que estão na ativa, pois estabelece regras que podem comprometer seus rendimentos e benefícios futuros. Por isso, essa não é uma luta exclusiva dos aposentados, mas de toda a categoria.

O SINESP reafirma a importância da mobilização coletiva pelo fim do confisco previdenciário, pela garantia de direitos e por uma aposentadoria digna para todos os profissionais da Educação.

UTILIZE O QR-CODE PARA ACESSAR MATÉRIA NO SITE DO SINESP COM ENDEREÇOS ELETRÔNICOS E SUGESTÃO DE TEXTOS PARA ENVIAR AOS MINISTROS DO STF:

K. PTRF: parcela extraordinária 12 vezes maior chega fora do prazo e SINESP cobra providências da SME

Atraso na autorização do 3º repasse de 2026 reduz o prazo para utilização dos recursos. SINESP cobra agilidade, proteção aos gestores e reprogramação dos saldos para 2027.

O 3º repasse do Programa de Trans-

ferência de Recursos Financeiros (PTRF) de 2026 foi autorizado pela Portaria SME nº 10.637, publicada no Diário Oficial da Cidade em 12 de novembro. O repasse reúne o valor básico e uma parcela extraordinária que, desta vez, é 12 vezes maior que a dos repasses anteriores. O SINESP reconhece a importância do aporte, mas cobra providências diante do atraso na liberação.

De caráter essencialmente pedagógico, o PTRF garante autonomia às escolas para executar seus Projetos Político-Pedagógicos, adquirir materiais didáticos e manter condições adequadas de ensino e aprendizagem.

A Portaria SME nº 5.180/2026 previa o encaminhamento do processo do 3º repasse às DREs entre setembro e outubro. Entretanto, a autorização só ocorreu em novembro, mantendo-se 31 de dezembro como prazo final para utilização dos recursos. Antes do crédito nas contas das APMs, ainda são necessárias a tramitação dos processos, a verificação da aptidão das associações e a emissão das Notas de Liquidação pelas DREs.

Com isso, gestores e APMs terão poucas semanas para realizar pesquisas de preços, cotações, compras, contratações e pagamentos. Para o SINESP, a eventual não execução integral dos recursos, em razão do atraso da própria Administração, não pode gerar punições, responsabilizações ou apontamentos na prestação de contas dos gestores e das diretorias das APMs.

SINESP apresenta reivindicações à SME

Diante do problema, o Sindicato encaminhou à Secretaria Municipal de Educação as seguintes reivindicações:

- Agilidade: medidas urgentes junto às DREs para emissão das Notas de Liquidação e crédito dos recursos nas contas das APMs.
- Proteção aos gestores: garantia formal de que a não execução integral até 31/12 não resultará em punições, responsabilizações ou apontamentos na prestação de contas.
- Reprogramação para 2027: transferência automática dos saldos do 3º repasse para o próximo exercício, sem desconto no 1º repasse de 2027.
- Regras uniformes: orientação única para todas as DREs sobre prazos e documentos para regularização das APMs, evitando bloqueios e interpretações divergentes.
- Previsibilidade: realização de repasses regulares durante todo o ano letivo, com valores compatíveis com as necessidades das escolas, evitando a concentração de recursos no final do ano.

O SINESP também solicitou resposta formal da SME e uma reunião sobre o tema, com participação dos integrantes do GT do PTRF, para dar continuidade às tratativas de alteração da legislação do programa e discutir formas de gerenciamento dos recursos.

O SINESP defende que a SME assuma a responsabilidade pelos atrasos e garanta condições para que os recursos cumpram sua finalidade pedagógica, sem transferir aos gestores e às APMs as consequências das falhas no cronograma da Administração.

L. SINESP cobra respeito às funções e manutenção dos profissionais readaptados na JEIF

O SINESP participou de reunião na Secretaria Municipal de Educação (SME) para tratar especificamente da ressignificação das funções dos profissionais readaptados.

A discussão integra a luta sindical pela garantia de direitos, pela manutenção desses trabalhadores na Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) e pela preservação de suas jornadas e remunerações, sem perdas financeiras. A retirada da JEIF representa redução salarial de 33% para profissionais atingidos pela medida, penalizando trabalhadores que já enfrentam limitações decorrentes de suas condições de saúde.

A proposta em discussão busca ampliar as possibilidades de atuação dos profissionais readaptados, reconhecendo atividades pedagógicas e administrativas compatíveis com suas condições funcionais, formação e experiência. O objetivo é construir alternativas de trabalho que permitam a permanência na JEIF, sem restringir as possibilidades de atuação exclusivamente à regência de aulas e sem comprometer os direitos dos trabalhadores.

O tema segue em discussão com a SME e a Secretaria Municipal de Gestão (SEGES). O SINESP defende que a ressignificação das funções seja construída com a participação das entidades sindicais, respeitando as condições de saúde, as jornadas e a remuneração dos profissionais.

A readaptação não pode significar perda de direitos, desvalorização ou afastamento do trabalho pedagógico. É preciso reconhecer a experiência desses trabalhadores, valorizar sua contribuição à Educação Pública e assegurar que não tenham nenhum direito a menos.

M. Assembleia Geral Ordinária

Pauta: Previsão Orçamentária para 2027 - 24 de novembro/26

19h (1ª convocação) - 19h30 (2ª convocação)

No CFCL Benê do SINESP, Praça Dom José Gaspar, 30, 3º andar.

É muito importante a participação dos filiados nessa assembleia. Nela será definida, a partir da peça orçamentária apresentada pela Diretoria do SINESP, a destinação dos recursos arrecadados junto à categoria em acordo com diretrizes administrativas, formativas, políticas e perspectivas de lutas para 2027.

N. Vitória do SINESP: tempo como Gestora de CEU é reconhecido para aposentadoria especial do magistério

O SINESP conquistou no Tribunal de Justiça de São Paulo uma importante vitória para os profissionais do magistério municipal. Em ação movida pelo Sindicato, a 4ª Câmara de Direito Público reconheceu que o período em que uma filiada atuou como Gestora de CEU deve ser contado como tempo de efetivo exercício do magistério para fins de aposentadoria especial.

Em 1ª instância, o pedido havia sido negado, sob o argumento de que as atribuições do Gestor de CEU seriam apenas administrativas. O Tribunal reformou essa decisão. Seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, os desembargadores afirmaram que a função de magistério não se limita à sala de aula: ela inclui as atividades de direção, coordenação e assessoramento pedagógico exercidas por professores de carreira. E destacaram que o cargo de Gestor de CEU é privativo de integrante do Quadro do Magistério Municipal e tem finalidade educacional.

A decisão abre caminho para que outros profissionais do magistério que exerceram funções de gestão fora da sala de aula, mantendo o vínculo com a carreira, também busquem o reconhecimento desse tempo para a aposentadoria especial. Cada situação precisa ser analisada individualmente. Por isso, o SINESP orienta os filiados que se encontram nessa condição a procurar o Departamento Jurídico do Sindicato. Sinesp na luta sempre pelo direito da categoria

O. Relatos dos RELTs

Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g